

# **DE TERRITÓRIO USADO À FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO MEDIADO PELAS RELAÇÕES DE PODER NO RECÔNCAVO BAIANO: UM OLHAR SOBRE A INTERAÇÃO DOS AGENTES NO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO OLERÍCULA DO POVOADO DE TANQUE DE SENZALA.**

Esp. Jean da Silva Santos - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia.  
jeansantos26@yahoo.com.br

Dra. Catherine Prost - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia.  
cathprost@yahoo.com

Propõe-se o aprofundamento nos conceitos de gestão e de território a partir das relações de poder - este entendido sob a perspectiva arendtiana - e um maior conhecimento das particularidades socioespaciais e socioeconômicas do Recôncavo Baiano, tendo como foco a agricultura familiar do povoado do Tanque de Senzala, no município de Santo Amaro – BA, no sentido de identificar os mecanismos de negociação e gestão e como esses se materializam no espaço. Para tal, se faz necessário o aprofundamento no estudo dos agentes de produção que dão sentido ao território usado. Acredita-se que a análise da interrelação entre os agentes sirva como meio de desmistificar o vigor dos intermediários em suas ações na sujeição dos pequenos agricultores às suas necessidades, bem como auxiliar no processo de fortalecimento institucional do “agente hegemônico” local, segundo a visão de H. Arendt, em prol da requalificação territorial em busca das relações mediadas pelo poder coletivo. A ênfase é voltada para as negociações travadas cotidianamente entre as duas classes de intermediários e o pequeno produtor, que se vê em constante situação de conflito no processo do escoamento produtivo.

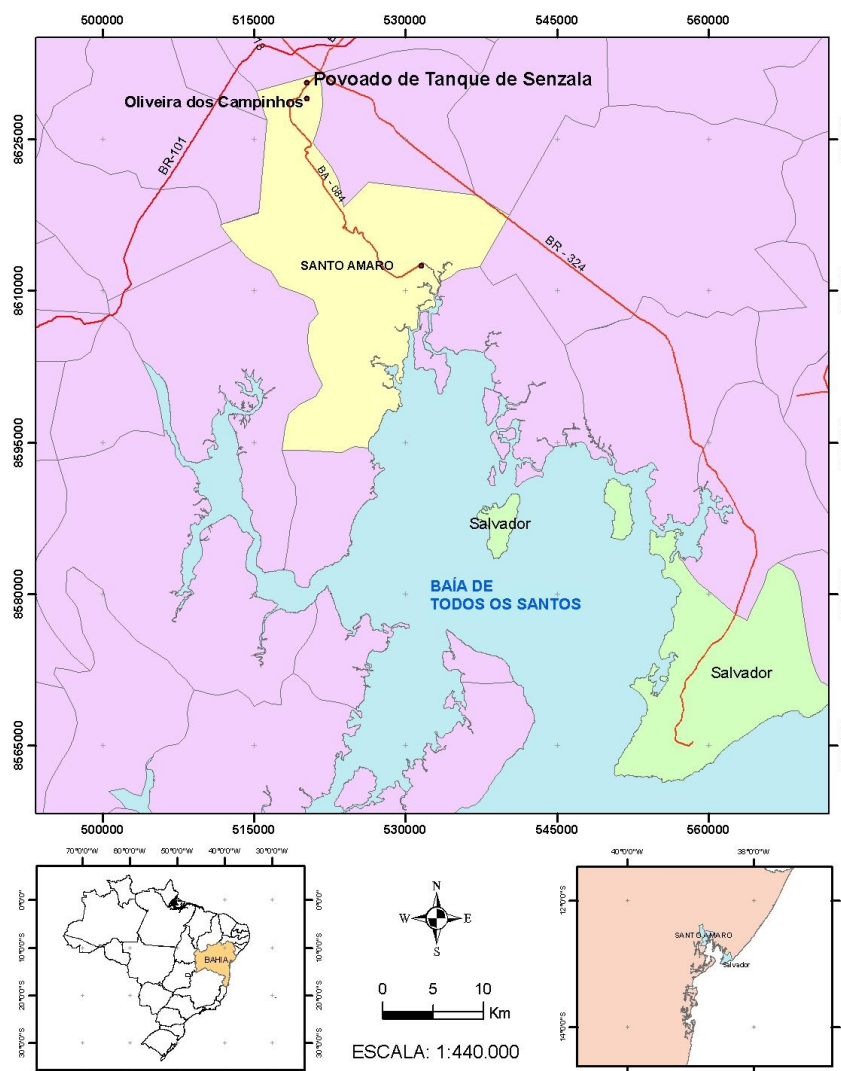
É nesse sentido que se pretende no presente estudo, produzir as análises, norteadas pelas seguintes questões: o pequeno produtor, detentor da terra e dos meios de produção, está sendo expropriado direta ou indiretamente dos meios de reprodução da sua condição socioespacial? E, sendo a área considerada como um território a partir das relações de poder poderá auxiliar o pequeno produtor a se desvencilhar das ações intermediárias? Espera-se com isso definir indicações que, de maneira abrangente, sirvam de subsídios para estudos futuros.

**Palavras-chave:** Recôncavo Baiano; agricultura familiar; território; gestão; poder.

**FALTA RESUMO EM FRANCÊS**

## Contextualizando

Nos atuais estudos geográficos, várias são as categorias e os conceitos discutidos e relacionados pelos pesquisadores desta ciência. Recorre-se aqui ao conceito de território constituído a partir de relações de poder por entender que este toma lugar de destaque no presente estudo e, em muito, na responsabilidade de contribuir para questões concernentes ao espaço rural, juntamente com as categorias de gestão e processo de trabalho, para que, dialogando entre si, possam operacionalizar uma leitura clara sobre questões específicas da realidade do povoado de Tanque de Senzala, localizado no município de Santo Amaro - BA.



Ao tratar do espaço rural, torna-se de fundamental importância antever o pluralismo pelo qual o termo rural se apresenta na atualidade do campo brasileiro e, em menor escala, na Bahia. Tal pluralismo se evoca pelo termo “espaços rurais”, devido à gama de estruturas agrárias e aos níveis tecnológicos que podem conviver no mesmo espaço geográfico.

O rural pode perfeitamente ser entendido na contemporaneidade como um termo polissêmico devido a sua funcionalidade, pois confere à evolução das técnicas a contribuição para a modificação dos modos de vida, dos comportamentos socioculturais, socioeconômicos e socioambientais ao longo dos últimos decênios.

A citada funcionalidade do espaço rural pode ser lida por diversas matrizes, tais como o processo de trabalho, de produção e de circulação de produtos e de bens agrícolas. Por sua vez, o processo de interação do espaço rural com outros espaços - sejam eles da mesma natureza ou urbanizados - acaba por definir uma planificação espacial de alguns setores da economia. Tomando como referência as particularidades da dinâmica econômica do espaço rural, componente da (macro)economia, vê-se que esta economia espacial é engendrada por realidades distintas, mas devidamente localizadas. Em muitos casos são mediadas por mecanismos de negociação a partir das práticas da gestão.

O presente estudo visa encaminhar-se pelas vias dos minifúndios, mais precisamente pela modalidade da agricultura familiar, buscando entender, a partir da prática cotidiana do labor com a terra as ações dos pequenos produtores rurais, e dos agentes que estão em busca do fruto do seu trabalho - as mercadorias produzidas no território - e que se utiliza de mecanismos de gestão para conseguirem atingir seus objetivos. Para tanto, este artigo estruturou-se em três partes. A primeira é uma contextualização que procura apresentar o fenômeno e as suas particularidades de maneira introdutória. A segunda parte trata do mérito da questão abordando conceitualmente território e poder, trazendo também breves considerações acerca de gestão e dos dois circuitos da economia urbana. A terceira visa a importância do fortalecimento do agente hegemônico, voltando-se para o estudo de caso. Por último são feitas considerações finais. Salienta-se que a fase exploratória dos dados componentes desse estudo ocorreu no mês de novembro de 2008, através da aplicação de 73 formulários junto à totalidade das famílias produtoras.

No que se refere às ações dos agentes intermediários, afirma-se de antemão que elas são as responsáveis por acentuar a clivagem social da área em que se propõe o estudo. Tais clivagens sociais podem ser entendidas pela divisão social do trabalho, pela expropriação do pequeno produtor rural dos seus meios de produção (a terra) e pela subordinação do homem do campo pelo capital através dos intermediários, originado pelo comando que é externo ao seu território.

Opta-se por qualificar o espaço rural como um território por causa da busca desenfreada por auferir lucros a partir do processo de trabalho das forças produtivas que ali se desenvolvem. Em

decorrência desta busca, originam-se formas particulares de conflitos sociais com características políticas e ideológicas capazes, de alguma forma, de expropriarem essa força produtiva do valor originado pelo próprio processo de trabalho em detrimento do capital cerceando, assim, a oportunidade ampliada de melhores condições de vida e desenvolvimento socioespacial.

A territorialidade da produção da olericultura no povoado de Tanque de Senzala no âmbito dos estabelecimentos rurais possui áreas variáveis entre um a cinco hectares (tabela 1). Eles são compostos essencialmente por núcleos familiares que despedem suas forças no trabalho com a terra, onde cultivam tanto produtos para a subsistência, quanto a olericultura para a comercialização, fato que garante a aquisição da renda para o consumo de outros bens e serviços.

**TABELA - DIMENSÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS E INCIDÊNCIA DA ÁREA PLANTADA NO POVOADO DO TANQUE DE SENZALA, SANTO AMARO – BA.**

<b>Área em hectare</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>	<b>Área plantada (%)</b>
Até 1	39	52	42
Entre 1 a 2	21	29	10
Entre 2 e 4	7	10	2
Entre 4 e 6 <sup>1/2</sup>	1	2	-*
Acima de 6 <sup>1/2</sup>	2	3	2
Não declarou	3	4	-*
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>100</b>	<b>56</b>

\*Não declarou.

Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo, novembro de 2008.

É válido salientar que os referidos estabelecimentos agrícolas apresentam, no bojo das especializações técnicas, diferenças entre si, o que já possibilita inferir uma diferenciação dentre os níveis de renda de cada produtor. De fato, é possível ainda verificar formas diferenciadas do processo de trabalho de cada um, desde o cultivo e irrigação, através da rudimentar produção, até a implementação de tecnologias e insumos agrícolas capazes de intensificar a produtividade. Também é factível destacar que estes pequenos produtores, na sua maioria, são proprietários da terra e dos meios de produção.

Com o processo de trabalho do pequeno produtor familiar realizada em jornada de trabalho exaustiva pela força de trabalho da família, obtém-se o produto que, qualificado como uma mercadoria pelo capital, torna-se objeto de interesse de outros agentes. Os mesmos travaram, no jogo da gestão cotidiana da reprodução capitalista, um desequilíbrio das partes interessadas em torno do produto originado através do trabalhador rural.

Alguns agentes agem no escoamento dos produtos cultivados na localidade. No povoado, esses são reconhecidos como “balaieiro” (que têm a capacidade reduzida de compra e comercialização de produtos) e “atravessador” (cuja capacidade comercialização absorve maior quantidade de produtos, e conseqüentemente maiores volumes financeiros). Opta-se por identificá-los, respectivamente, segundo as indicações de Santos (1979), como “trabalhador marginal” e “intermediário” no intuito

de conferir um rigor acadêmico aos termos devido a sua larga utilização neste trabalho. Entretanto, dentre os citados agentes, os que se aplicam atenção especial nesse trabalho ao discutir suas funções com mais clareza, são os intermediários e os pequenos produtores rurais, por serem dois dos principais responsáveis pela complexa interação espacial do povoado com outros espaços rurais e urbanos da Bahia.

O meio rural específico do povoado do Tanque de Senzala é analisado como uma característica do subsistema da economia espacial. Este tem embutido nas relações sociais dos agentes de dinamização do território os mecanismos de negociações cotidianas para a comercialização da olericultura, a partir do pequeno estabelecimento rural. É possível verificar a ocorrência de situações conflituosas, frutos da não menos complexa relação de gestão territorial, tanto na micro quanto na macroescala. Ao observar a situação segundo a perspectiva dos dois circuitos da economia<sup>1</sup> (SANTOS, 1979), fica clara uma assimetria na correlação de forças entre os agentes (pequeno produtor, intermediário e trabalhador marginal).

A descoberta das relações visíveis e invisíveis tecidas pelo sistema capitalista na sociedade permitirá o questionamento sobre a natureza de sua ação em um determinado território. As visíveis são explícitas e, portanto, são de fácil compreensão, desde que o agente social tenha o entendimento e o conhecimento capazes de fazer uma “leitura de mundo” crítica e ampliada. São as relações comerciais ditadas, por exemplo, pela lei de mercado referente à oferta e demanda<sup>1</sup> sobre um determinado produto. Elas se materializam através dos processos de gestão dentre os agentes no cotidiano. As invisíveis, continentes do subjetivo, agem diferenciadamente para cada agente, a partir do seu nível de experiência de vida. No caso em análise, deve-se levar em consideração os aspectos da produção e das negociações empreendidas com a olericultura. Aspectos subjetivos, tais como medo, vigor, violência, obediência, mando, coação, mesmo que de maneira velada, e sujeição às ideologias atuantes no meio social. São sentidos diferenciadamente por cada um destes agentes devido a sua fragilidade de informações. Assim também é o surgimento de mecanismos de defesa contra essas subjetividades do “mal”, que serão mais sólidas ao passo que as experiências individuais de negócios em outros níveis no que se refere a eliminação do intermediário e as informações se fazem presentes na vida de cada ser social.

Em larga proporção, a experiência diante de uma determinada situação, mesmo que cotidiana e à primeira vista banal - a exemplo da compra e venda de produtos olerícolas promovidas entre o pequeno agricultor e os agentes de escoamento desse produto -, pode permitir àquele que está

---

<sup>1</sup>Na procura da definição destes dois circuitos econômicos, Santos (1979, p.16) afirma que: “o circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão é interessado e mantém relações privilegiadas com sua região [...]. Cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano [...]”.

sofrendo a ação de alguns dos citados aspectos subjetivos, construir mecanismos de defesa como recusa e negociação, a partir de elementos como conhecimento e informação. Esses fatores são contribuintes tanto para um maior conforto no momento da negociação, quanto para o aperfeiçoamento no trato da gestão, seja ela no âmbito interno do pequeno estabelecimento rural, ou mesmo entre os outros agentes numa complexa inter-relação social.

## **O mérito da questão: território e poder**

Sendo o território o conceito que se anuncia neste estudo, torna-se necessário afirmar que ele vem sendo amplamente estudado e discutido por vários teóricos e utilizado nas diversas áreas do conhecimento científico, até mesmo nos meios governamentais. A polissemia que lhe é inerente permite com que cada pesquisador imprima na sua definição idéias variadas cuja acepção pode designar variados entendimentos de um mesmo assunto, o que acaba por exprimir as crenças do pesquisador e a sua visão de mundo. A citada polissemia do termo território reside nas várias possibilidades de interpretação, desde seu entendimento estritamente pautado pela base material - uma extensão da superfície da terra -, até o definido pelo estado de potência relacionado pelos limites de um Estado-Nação, demonstrando, assim, as variadas asserções desse conceito. Passa também pela equiparação teórica entre outros conceitos e categorias correlatas da própria ciência geográfica, a exemplo de espaço e lugar.

Entretanto, nas muitas definições relativas ao território, é encontrada na essência o conceito de poder. Neste caso, as relações de poder emergem do meio social para a conformação de um dado território, fato presumido a partir dos interesses de distintos agentes por algum objeto em uma dada localização, que mediados por consensos resulta em criar um território específico. Assim, “é essa a perspectiva sobre o referido conceito, mas, é, sobretudo pelo que se entende por poder, que reside toda sorte de ambigüidades” (BRITO, 2002 p.12).

Diante disso, acredita-se que o aprofundamento da discussão acerca de território e poder faz-se necessário como forma de esclarecimento e contribuição para a ciência geográfica conforme sugerido por Souza (2005) e Brito (2002), bem como para uma melhor operacionalização do referido conceito frente à realidade que se apresenta.

Para abordar a questão é que se concorda aqui com as idéias de Brito (2002), em que território é

[...] uma fração desse espaço [**espaço geográfico**], na qual determinados agentes sociais se relacionam com o intuito de reproduzi-lo segundo seus próprios interesses (condição que manifesta o uso do território), mediante consensos estabelecidos tácita e/ou formalmente (BRITO, 2002, p.12, grifos do autor).

A não tradução em palavras, bem como a não coalizão de forças explícitas no interesse comum declarado e pré-planejado na coletividade para a construção de um território não definem, como via de regra, a sua inexistência. Tampouco definem interesses não declarados sob os aspectos do planejamento estatal ou privado. As bases para a conformação de um determinado território podem começar a surgir a partir de múltiplos interesses individuais, unindo aspectos homogêneos da produção. Por exemplo, poderão favorecer os primeiros acordos de conformação do território em torno de um tipo de mercadoria ensejada pela “força” (ARENDRT, 1985) e pelo processo de trabalho. No presente caso, trata-se da força dos pequenos produtores rurais inserida no modo capitalista de reprodução do espaço. Em outras palavras, Santos (2005) explica que:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. [...] Pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: são, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas (SANTOS, 2005, p.255-256).

A “condição que manifesta o território” (BRITO, 2002 p.12) surge a partir dos processos de gestão mediados pelas relações políticas entre os agentes sociais. Dessa maneira, o território é materializado pelo pluralismo a partir dos consensos e dos acordos entre os agentes, explicitados por variados interesses acerca de um objeto do desejo, que é, segundo Brito (2002), a materialização do lucro capitalista.

Entende-se que, na visão de Brito (2002), território não é superfície. Contudo, defende-se nesse estudo que podem existir elementos materiais que dão suporte e podem até influenciar sua existência, a exemplo das condições geográficas favoráveis a uma produção específica ou especializada em certos produtos. Elementos como o conjunto de fatores físico-químicos, edafológicos e climatológicos pode concorrer para tal, a exemplo de certas áreas vinícolas da Europa<sup>2</sup>.

Por sua vez, Santos (2005) disserta sobre o território usado, tornado sinônimo de espaço e, portanto, uma qualificação desse espaço, a base material projetada como um lugar de todos, um espaço habitado. O território é forma, mais precisamente uma forma usada na qual o seu conteúdo detém objetos e ações, frutos de funções e processos sociais.

---

<sup>2</sup> Esse conjunto de fatores e as condições naturais não definem inexoravelmente o território, eles contribuem para uma produção específica de mercadorias com alto valor de mercado devido a sua qualidade singular, sem comprometer altos níveis de investimentos para recriar tais condições propícias para produzir. O fruto dessa produção, mediada pelo processo de trabalho do homem do campo e pelo modo de gestão, geram acordos a partir dos interesses dos diversos agentes, fato que se configura como a base da conformação territorial.

O conceito de território usado se manifesta na área de estudo através da base material vislumbrada pela olericultura, enquanto o conceito de território é vinculado a relações de poder. Ambos embasam as complexas relações sociais que se moldam no território, cujos acordos por eles definidos têm como fruto as assimetrias no exercício do poder. Em outras palavras, atualmente existe um território usado que, unindo elementos dentro de um processo, poderá alcançar um território mediado pelas relações de poder na perspectiva de Arendt (1985), visando uma maior justiça socioespacial.

Tem-se discutido muito acerca do conceito de território a partir da matriz geográfica. Uma vasta bibliografia da geografia clássica e contemporânea vem contribuindo para formular e reformular este instrumento de leitura e abordagem da realidade. Contudo, dentre os muitos autores, propõe-se nesse trabalho a análise de três distintas abordagens conceituais de território, cujas definições permeiam a questão das relações de poder, para que se possa entender o porquê da escolha da definição de território defendida por Brito (2004) em contraposição a dos autores Souza (2005) e Raffestin (1993), pois é vislumbrado como uma via alternativa de “libertação” a ser alcançada pelos pequenos produtores rurais de Tanque de Senzala.

O debate principal na discussão teórica acerca do território se dá como já afirmado inicialmente, em torno do conceito crucial de poder. A definição mais comum na fundamentação de alguns autores é a perspectiva weberiana, segundo o qual “[...] o poder significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1994, p.33). Outros entendem poder na perspectiva “foucaultiana” em que afirma que

[...] poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; **[como também que o]** poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força (FOUCAULT, 1995, p. 175, grifo do pesquisador).

Segundo Brito (2004), a novidade levantada por Foucault reside no fato de ele não atribuir a propriedade do poder a nenhum agente. O poder existe se for exercido, ou seja, ele tem uma dimensão intrínseca que é relacional. Importa observar ainda em quais condições ele é exercido. O poder não se dá nem se toma; ele não é pessoal e, portanto não está necessariamente a serviço das relações de produção e de dominação de classe, criticando assim, as concepções marxistas que privilegiam o economicismo. Diante de tais considerações, essa leitura de poder foi considerada um avanço, mesmo com suas limitações conceituais.

Brito (2004) concorda parcialmente com a definição de Foucault, quando se leva em consideração o poder enquanto fenômeno da relação social. Contudo, Foucault se trai por causa da idéia de disciplina (absoluta), enquanto aqui se defende uma conceituação de poder veiculada à livre adesão.



Brito (2004) também discorda do uso da metáfora da “guerra” em *Microfísica do poder*, mais precisamente no texto: *Genealogia e poder*, como estratégia para a paz, em que o vencedor irá impor uma nova “ordem”. Visto dessa maneira, o poder pertenceria a quem ganhara a guerra, fato que conferiria ao vencedor um poder calcado pela dominação tal como nas idéias contidas em Max Weber.

Contudo, essas duas perspectivas, principalmente a primeira, não são suficientes para uma correta leitura da realidade apresentada para esse estudo, devido à corriqueira confusão entre poder e violência. Tratá-los como sinônimos legitima os históricos atos de violência contra a humanidade, cujo poder residiu na posição de mando que culminaram na violência, a exemplo dos campos de concentração da antiga Alemanha nazista, das guerras contemporâneas em nome da “paz” e da “ordem” mundial travadas atualmente entre o Ocidente e o Oriente Médio, e dos governos totalitários, das ditaduras militares ocorridas na América Latina.

Na perspectiva arendtiana, o poder existe, sendo próprio das relações sociais. Não precisa de justificção, mas sim da legitimidade dos agentes, de autorização “em nome do consenso”. Portanto, de acordo com Arendt, a noção de poder,

O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (ARENDDT, 1994 p.36, grifos da autora).

Diante da realidade, um dos objetivos desse trabalho é justamente inverter a ótica weberiana pela qual atualmente são vistas as relações de poder no território. O pressuposto de poder balizado nas idéias de Weber reside na vontade “individual” em detrimento da vontade coletiva, utilizando-se de mecanismos historicamente convencionais para conseguir seus objetivos, tais como a violência, a coação, a pressão sociopsicológica<sup>3</sup>, as ideologias<sup>4</sup>, o mando, o medo e a sujeição.

Observa-se que, no Tanque de Senzala, esses fenômenos de fato são sofridos e sentidos por parte de alguns dos pequenos agricultores durante o processo de trabalho, no que se refere ao momento de negociação e fechamento de acordos, em que são definidos os preços e as quantidades, caracterizando-se como uma espécie de conjunto de metas unilaterais, ou melhor, de compromissos que devem ser cumpridos à risca. Isso também é visível no momento do escoamento das suas mercadorias. Tais ações também são responsáveis pela expropriação de uma parcela dos agentes produtores rurais dos seus meios de produção, a terra, fato que pode acontecer quando os agricultores não conseguem saldar as dívidas provenientes da produção.

A inversão dessa ótica de poder reside diametralmente nas idéias defendidas por Arendt (1994), de acordo com as quais, na condição humana, o poder se diferencia em natureza da violência, da coação e do mando. Do poder não se pode originar o “medo”, mas sim o sentimento de liberdade num sentido amplo. A autora afirma, utilizando as palavras de Engels, que “é o poder político com os seus meios de violência que sofrerá a derrota” (ARENDDT, 1985 p.6), e ainda afirma que:

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir unísono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto se mantiver unido [...]. (ARENDDT, 1985, p.24).

Uma vez explicitada a base conceitual de poder a qual permeará a noção de território, ainda é necessário seguir na sua análise, para o entendimento de sua escolha em detrimento de outras acepções.

Fortemente influenciado pelas concepções de Foucault (1995), Raffestin (1993) distingue espaço e território, sendo o primeiro anterior ao segundo: “[...] o território que se forma do espaço é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...] ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente” (RAFFESTIN, 1993 p.152). Nessa perspectiva, o território é fruto da apropriação concreta ou simbólica que se demonstra materialmente, originado pelo trabalho. Ainda esclarece que “[...] a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (RAFFESTIN, 1993 p. 161).

Segundo Brito (2004), este autor incorre “em alguns descuidos” em não distinguir poder de dominação, apesar de optar por trabalhar com o conceito de poder apresentado por Foucault “[...] mas na idéia de poder de Weber em que ele efetivamente se inspira” (BRITO, 2004 p.30), visto que nas relações entre comando e obediência ele considera dominação, controle e poder como termos equivalentes, fato que exclui a autonomia dos agentes envolvidos no processo, com exceção da autonomia do próprio dominador.

Contraopondo-se essa visão, Souza (2005) entende território como um campo de forças, uma qualificação do espaço, um manto de relações sociais projetadas. Souza (2005) critica Raffestin por reificar o território, reduzindo-o, como os autores clássicos, a uma base material. Brito (2004) afirma que Souza (2005) “[...] também cai na mesma cilada, pois não consegue distinguir uma relação social de poder de uma relação de dominação” (BRITO 2004 p.34). Além disso, o conceito de Souza (2005) de poder foi nutrido a partir do pensamento weberiano, pois:

O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as

ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, como exemplificam as palavras de Sun Tzu a propósito da conformação do terreno, mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço (SOUZA, 2005, p.79)?

Como os autores anteriores, Souza (2005) também não conseguiu se libertar do conceito de poder ao distingui-lo de violência, coerção, força, autoridade, vigor, os quais, como afirma Arendt (1985),

[...] referem-se a fenômenos distintos e diferentes entre si e dificilmente existiriam não fosse a existência destes. [...] usá-los como sinônimo não apenas indica uma certa cegueira para as diferenças lingüísticas, o que já seria suficientemente sério, mas já tem por vezes resultado em uma certa ignorância daquilo que as correspondem [...] (ARENDR, 1985, p.23).

Essa assertiva indica que, dentre as definições de território apresentadas, opta-se pela defendida por Brito (2002), já apresentada inicialmente e alicerçada na idéia de poder contida em Arendt (1985). Devido à junção destes dois conceitos, território e poder, este trabalho passa a ter uma envergadura operacional que serve para a leitura da realidade que se apresenta no referido território localizado no Recôncavo Baiano.

### **A importância do fortalecimento do agente hegemônico**

Nesse sentido, a questão do poder vincula-se à noção de território quando são consideradas as relações sociais que se engendram entre as categorias dos agentes e os consensos que se plasmam no seu interior. No caso analisado, o sentido de poder é também vinculado ao sentido de libertação, emancipação social, ou melhor, à contribuição para a construção da justiça socioespacial, cujo agente hegemônico não corresponde a um projeto de sociedade desigual e, portanto, não desempenha um papel desagregador. Por esse mesmo motivo, ele estará relacionado à coletividade, respondendo aos interesses desse mesmo coletivo sendo, por ele, legitimado. Assim, ao espaço atribuído como o território da olericultura, o poder é inicialmente incorporado pela figura hegemônica da Associação de Moradores do Tanque de Senzala, que teve a sua fundação na primeira metade da década de 1980.

Constituída por uma história recente de poucos avanços e uma estagnação considerável no que se refere à conquista de benefícios sociais para a população local, a citada associação ainda é a única representante legal do território. Contudo, ainda está engessada no que tange à conquista dos desejos de seus constituídos, pois, na atual conjuntura, a mesma se encontra sem alternativas além daquelas a que legalmente se destina. A sua base legal pode ser resumida em um único aspecto que já demonstra a natureza de sua problemática: a razão social. O que inicialmente não se mostrava como um entrave para a aquisição de benefícios sociais, mais tarde se mostrou um equívoco histórico evidenciado pelo seu título que inclui as palavras “associação de moradores”, visto que ela não conseguiu acompanhar a evolução territorial nem a sua refuncionalização espacial, cujo resultado é um conjunto de características percebidas através da especialização agrícola produtiva.

Os dados obtidos no campo via fontes orais e formulários junto ao universo pesquisado permitiram inferir a atual situação da associação frente a opinião das famílias produtoras. Sendo assim, 67% dos pequenos produtores rurais responderam ao questionário de modo negativo quanto à existência de uma associação ligada ao agricultor no povoado, contra 31% de respostas afirmativas e 2% indicando desconhecimento. A predominância de respostas negativas denota que a instituição não responde diretamente pelos assuntos relativos à agricultura e, especificamente, aos produtores rurais (a exemplo da busca de verbas públicas em outras escalas que não a municipal, a aquisição de maquinário agrícola por meio de doação e/ou compra, dentre outros).

Outra questão que se destacou foi o fato de que dentre os que indicaram sim, 60% citaram que a associação está em funcionamento, contra 22% que negaram e 18% que não souberam informar. O alto índice negativo (40%) pode ser entendido como indicador da falta de ações efetivas em prol dos produtores rurais. Isto, por sua vez, ficou evidenciado em mais da metade (58%) daqueles que indicaram o funcionamento da associação, no fato de não receberem nenhuma ajuda por parte da instituição, a exemplo da orientação agrícola. Somados a este último índice os 26% que não declararam, a situação se agrava.

Nessa senda, procura-se determinar por parte dos associados o número de pessoas que a compõem. Assim, das 73 famílias visitadas, apenas 24 (cerca de 33%) são associadas. No quesito contribuição<sup>3</sup> mensal para a associação, apenas 17 produtores indicarão contribuir. Dentre as várias justificativas apresentadas para a não contribuição mensal dos associados à Instituição citam-se a falta de condição financeira; a falta de vontade de contribuir e a desistência de participar por causa da inoperância política.

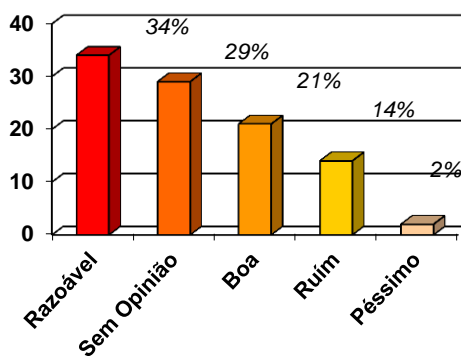
Diante disso surge outro fato curioso no momento em que o universo pesquisado foi questionado sobre como definiria a presente atuação da associação de moradores, pela constatação de 21 famílias que não possuíam opinião a este respeito. Associando a esta questão àqueles que negaram

---

<sup>3</sup> O valor da contribuição mensal estipulado para cada associado no período da pesquisa de campo era de R\$ 3,00.

ou não souberam indicar a existência de uma associação local, tem-se a necessidade de uma reavaliação após a classificação geral das opiniões dos pequenos produtores rurais acerca desse tema, conforme a figura a seguir:

**Atual desempenho da Associação de Moradores do Tanque de Senzala - Avaliação dos pequenos produtores rurais**



Fonte: Elaborado por SANTOS, J.S., a partir dos dados adquiridos na pesquisa de campo, nov. 2008.

Portanto, o que se pode verificar é um alto índice de produtores que demonstraram que a atuação da associação é razoável. Um dos respondentes afirmou que “é a falta de conhecimento dos dirigentes para a orientação da comunidade um dos responsáveis por ela não seguir como deveria”. Outro agricultor disse que “é razoável porque a população não quer colaborar, só faz críticas. Dizer que nada vai para frente e que não adianta ir para as reuniões porque nada acontece é fácil, difícil é trabalhar em conjunto”. Uma parcela de 21% dos respondentes indicou como boa a atuação da referida instituição. Por outro lado, a insatisfação de alguns está demonstrada nas respostas: ruim, e péssimo. Essas indicações foram ratificadas quando alguns disseram que “a associação nunca resolveu nada”. Outros agricultores exprimiram que a associação não está como deveria por conta da falta de comprometimento dos próprios agricultores com as questões sociais.

Ante o exposto, pode-se facilmente chegar à conclusão de que a associação analisada não conseguiu, pelo menos até o presente momento, definir e colocar em prática verdadeiramente um projeto de coletividade que viesse a congregar os seus integrantes no sentido de promover uma requalificação espacial nos aspectos socioeconômicos, nem de promover estratégias políticas de fortalecimento territorial junto aos governos. Também no local não promoveu a interrelação dos agentes que dinamizam o território, principalmente por parte do fortalecimento do grupo a que ele se destina (os agricultores). Não foi, ao longo de sua existência, capaz de promover esforços coletivos na busca de melhorias a partir de benfeitorias significativas ou pontuais, seja no âmbito da agricultura ou apenas das reivindicações dos moradores em geral. Tampouco se propôs à busca de

alternativas capazes de, pelo menos, dirimir as ações maléficas de alguns dos intermediários no território.

Contudo, não se deve perder de vista que nunca houve o incentivo político de quaisquer dos governos que pelo município passaram. Também, a quase inexistência de pessoas com capacidade técnica especializada, ou mesmo de pessoas com articulação política no âmbito municipal e fora dele se mostram como entraves que se constituíram na trajetória dessa instituição. A falta de articulação interna agiu igualmente nesse sentido, pois, apesar da associação se mostrar como uma “tentativa” de organização da sociedade civil, só agora ela começou a esboçar exemplos de que algo começa a dar certo. É o caso de sua tímida reestruturação com a atual administração e do principal benefício que está em fase de consecução já há dois anos, conseguido junto ao governo estadual: a implantação da rede local de abastecimento de água que atenderá a muitas famílias da comunidade. Uma incontestável contribuição da associação local foram as bases para o fortalecimento da união coletiva e política em prol de uma direção em comum, embora de maneira tímida e inconsciente para alguns por não entenderem a importância de tal ato. Essa questão foi a responsável pelos primeiros acordos consensuais em torno de uma agricultura especializada lançando também as bases para a formação e consolidação do atual território, imprimindo-lhe a indicação da inicial modificação de território usado, para um território mediado pelas relações de poder.

### **Considerações finais**

É a partir dessas indicações que se propõe o poder originado a partir das relações entre os pequenos produtores rurais do citado povoado com a finalidade de fortalecer e legitimar a figura de um agente hegemônico no âmbito da Associação de Moradores do Povoado de Tanque de Senzala, ou em outra forma de organização comunitária, caso a primeira não esteja cumprindo a sua função: transformar em uníssono os vários anseios da comunidade. Contudo esta é uma decisão que deverá partir do próprio conteúdo territorial. A reflexão política acerca dos acontecimentos territoriais relacionados à atividade oléícola se mostra como uma maneira viável pela qual uma parcela dos agentes que dinamizam o território se fortalecerá, cuja consequência positiva acontecerá através da união consolidada entre os pequenos produtores rurais em prol de um desenvolvimento socioespacial.

É justamente na ótica apresentada nos parágrafos anteriores que se aborda as relações entre os agentes. Indica-se que o poder poderá emanar se a união de parcela dos agentes sociais em torno de interesses mútuos é permeada por ações realmente efetivas. Um exemplo é de encontrar alternativas para o escoamento da produção no âmbito coletivo em detrimento do individual, contribuindo assim, para a diminuição das ações dos atravessadores no território.

Outro ponto que se defende é que se legitime a figura de um agente hegemônico no sentido arendtiano, para que este responda pelo projeto coletivo de justiça e emancipação social entre os pequenos produtores. Os mesmos são, atualmente, expropriados do fruto do seu trabalho (o lucro) pelo poder capital através dos agentes intermediários que empregam ações cada vez mais vigorosas para alcançar seus interesses. A força do produtor rural como sujeito ativo do território olerícola deverá suplantar o vigor dos intermediários que são responsáveis diretos pela expropriação das condições de um desenvolvimento socioespacial.

### **Referências Bibliográficas**

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARENDT, H. **A condição humana**. 1. ed. Tradução Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.

BRITO, C. C. T. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

BRITO, C. C. T. Revisitando o conceito de território. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, n. 6, p. 12-20, jul., 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 14. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França, São Paulo Ática, 1993. (Série Temas v. 29, Geografia Política).

REED, M. **Sociologia da gestão**. Tradução de Manuela Reis. Oeiras: Celta, 1997.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL 16 Debates** Ano VI n. 16 jan-abr. 2005.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 1984.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005, p 77–116.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos de sociologia compreensiva. 3. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elisabete Barbosa. Brasília: EDUNB, 1994. cap. III. v. 1.